





DIRETORIA LEGISLATIVA SERVIÇO DE ATAS LEGISLATURA 2021 A 2024

APROVADA PELO PLENÁRIO EM 5/6/2023

Reunião Ordinária do dia 30 de maio de 2023 Presidente: vereador Caio André Pinheiro de Oliveira Secretário-Geral: vereador João Carlos dos Santos Mello

No dia trinta de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na Rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador Caio André Pinheiro de Oliveira, do Partido Social Cristão (PSC); e, eventualmente, pelo vereador **Éverton Assis** dos Santos, do **U**nião **B**rasil (**União**); secretariada pelo vereador João Carlos dos Santos Mello, do Republicanos. PRESENTES, ainda, os vereadores Allan Campelo da Silva e Daniel Amaral Vasconcelos, do Partido Social Cristão (PSC); Antônio Almeida Peixoto Filho, do Agir36; Carmem Glória Almeida Carratte e Samuel da Costa Monteiro, do Partido Liberal (PL); Cícero Custódio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT); Diego Roberto Afonso e Maria Jacqueline Coelho Pinheiro, do União Brasil (União): David Valente Reis, Lissandro Breval Santiago, Manoel Eduardo dos Santos Assis, Marcel Alexandre da Silva e Alonso Oliveira de Souza, do Avante; Dione Carvalho dos Santos, Ivo Santos da Silva Neto e Joelson Sales Silva, do Patriota; João Kennedy de Lima Marques, do Partido da Mobilização Nacional (PMN); Elissandro Amorim Bessa, do Solidariedade (SD); Francisco Carpegiane Veras de Andrade e Márcio José Maia Tavares, do Republicanos; François Vieira da Silva Matos, do Partido Verde (PV); Gilmar de Oliveira Nascimento e Wallace Fernandes de Oliveira (Sem Partido); Jaildo de Oliveira Silva, do PCdoB; Luís Augusto Mitoso Júnior, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Marcelo Augusto da Eira Correa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Raiff Matos Silva Vasconcelos e Elan Martins de Alencar, do Democracia Cristã (DC); Robson da Silva Teixeira e Rosivaldo Oliveira Cordovil, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo e Roberto Sabino Rodrigues, do Podemos: Thaysa Lippy Silva de Souza e Jander de Melo Lobato, do Progressistas (PP); William Robert Lauschner, do Cidadania; e Yomara Jesuína Lins Rodrigues, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). JUSTIFICADA a ausência dos vereadores Eduardo Assunção Alfaia e Rosinaldo Ferreira da Silva, do PMN. Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião e, na sequência, o secretário, vereador João Carlos, leu as Atas da sessão ordinária do dia vinte e nove de maio do ano em curso e sessão extraordinária compensatória à reunião ordinária do dia trinta e um do mesmo mês. Em seguida, o Presidente passou os trabalhos para o GRANDE EXPEDIENTE, anunciando a ordem dos blocos e os vereadores inscritos. Ato contínuo, informou









que após o termino do Grande Expediente seria realizada a Ordem do Dia, para apreciação de projetos do Executivo Municipal, em razão das urgências, visto que, no dia seguinte aconteceria a segunda edição da Câmara Cidadã, pedindo aos tribunos que atentassem para o tempo de manifestação. O primeiro orador, vereador Daniel Vasconcelos, agradeceu ao Presidente da Casa, vereador Caio André, por ter representado a mesma, no dia anterior, na sessão especial de entrega do Título de Cidadão do Amazonas ao reverendo Frei Hans Heinrich Stapel, fundador da Fazenda da Esperança, que aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - Aleam, enaltecendo o trabalho social realizado pelo homenageado. Prosseguindo, registrou a sua participação na solenidade de Pentecostes, que aconteceu no último dia vinte e oito, no Sambódromo, onde estiveram presentes cerca de cinquenta mil pessoas e participaram de uma celebração presidida pelo cardeal Dom Leonardo Steiner. Finalizando, criticou a recepção protagonizada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao chefe de Estado da Venezuela Nicolás Maduro, lembrando a forte imigração que vinha ocorrendo no país vizinho, em razão do regime ditatorial, agradecendo ao governador do Estado e ao prefeito David Almeida pelo acolhimento aos irmãos venezuelanos, que buscavam uma vida melhor no Estado do Amazonas. O segundo orador, vereador Raiff Matos, defendeu a Moção de Repúdio n. 109/2023 ao Presidente Lula, por ter recebido o Presidente Nicolás Maduro, com honras de chefe de Estado, ressaltando que o mesmo comandava um regime autoritário no país vizinho e era considerado narcoterrorista pela polícia norte-americana, além de não respeitar todos os tratados de direitos humanos, imputando a miséria e a fome ao povo venezuelano. O parlamentar destacou que o Brasil recebia mais de cem mil refugiados do país vizinho e o número não parava de crescer e, por fim, chamou a atenção da população, para que ficasse mais atenta ao que estava acontecendo no cenário político brasileiro, pois o impacto poderia reverberar no estado do Amazonas. O terceiro orador, vereador Allan Campelo, repudiou a divulgação e veiculação de imagens de pessoas que tentavam o suicídio em Manaus, lembrando a recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS e do Conselho Regional de Psicologia – CRP, que orientavam a não publicação. Na seguência, apresentou um vídeo divulgado pelo policial militar, cabo Plácido, que viralizou nas redes sociais, mostrando a angústia e agonia de uma pessoa que havia tentado pular da ponte Jornalista Phelippe Daou, conhecida como Rio Negro, rechaçando o sensacionalismo e a falta de respeito, por meio da utilização do sofrimento alheio. Foi aparteado pelos vereadores Kennedy Marques, William Alemão e Dione Carvalho. Retomando a palavra, acolheu os apartes e, concluindo, disse que não tinha contra a instituição Policia Militar do Amazonas - PMAM, mas era preciso identificar os maus policiais. A quarta oradora, vereadora Prof.^a Jacqueline, parabenizou o titular da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania – Semasc, pela agenda positiva com relação ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, especialmente pelo evento que estava acontecendo na Casa e abordou a temática, ressaltando os efeitos deletérios dos crimes às vítimas e às famílias. Em seguida, a oradora abordou a questão do









turismo sexual no país, afirmando que se o Estado não se aparelhasse para ouvir as vítimas, as mesmas seriam revitimizadas e chamou a atenção para o fato de que a dificuldade da materialidade do crime desmotivava as denúncias dos crimes. Prosseguindo, destacou a relevância das campanhas massificadas sobre a legislação que protegia as crianças e os adolescentes, apelando à Polícia Militar do Estado, para que fizesse blitzes nas pousadas de fachada. Foi aparteado pelos vereadores William Alemão, Ivo Neto e João Carlos. Retomando a palavra. acolheu os apartes e, encerrando, reforçou a necessidade do envolvimento de todos os atores sociais, para que combatessem e dessem o apoio necessário às vítimas, a fim de que o abusador não ficasse impune e parabenizou os seus pares que tinham frentes de trabalho relativas à proteção das crianças, do adolescente e do idoso em Manaus. O quinto orador, vereador Dione Carvalho, defendeu a importância do projeto de lei, de sua autoria, com o objetivo de restringir e identificar pessoas que protagonizavam e se aproveitavam de ocupações irregulares na cidade de Manaus, por meio da transparência no processo de triagem para os programas habitacionais, no sentido de que fossem destinados, realmente, para pessoas em estado de vulnerabilidade social, àquelas que nunca participaram ou as que não estavam envolvidas com invasões, pedindo a seus pares que aprovassem a propositura. O sexto orador, vereador Rodrigo Guedes, apresentou o requerimento, de sua autoria, para instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito do transporte coletivo da cidade de Manaus, afirmando que enviou cópia aos seus pares, com a exposição de motivos para investigar o contrato da Prefeitura de Manaus com as empresas do setor, que prestavam desserviços à população manauara. O parlamentar destacou a necessidade de instaurar a citada CPI, explicando que a mesma visava investigar contratos, termos aditivos, o descumprimento de cláusulas contratuais, por parte da empresas do setor, cálculo base do valor da passagem dos ônibus, além de apurar a falta de acesso às gratuidades garantidas por leis, os débitos indevidos dos créditos de passagem, por parte do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas - Sinetram, as péssimas condições dos veículos e principalmente o aporte de um bilhão e dezenove milhões, para as empresas, que tinham débitos fiscais e trabalhistas de ordem, mesmo com as renúncias tributárias do Governo e da Prefeitura. Falou, ainda, sobre a situação abusiva da falta de troco, informando que fez uma enquete virtual, por meio da qual, noventa e quatro por cento dos seus seguidores afirmaram que, em alguma ocasião, não receberam o troco integral; e citou o descumprimento do Termo Aditivo ao contrato para o aumento da frota e a falta de realização de licitação para o serviço. Convidou os seus pares a assinarem o documento em questão, afirmando que daria publicidade às adesões, em respeito ao clamor da população manauara, para que o sistema fosse investigado. Foi aparteado pelos vereadores Capitão Carpê e William Alemão. Retomando a palavra, acolheu os apartes e, reforçou a importância da realização da CPI, pontuando que o documento continha três assinaturas e precisava de mais onze, para alcançar as catorze necessárias para a votação em Plenário. O vereador Éverton Assis assumiu a direção dos trabalhos. O sétimo orador, vereador Caio









André, manifestou-se sobre a realização da segunda edição do projeto Câmara Cidadã, que aconteceria no dia seguinte, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, localizado na zona Sul, a partir das nove horas, com mais de cem serviços gratuitos que seriam ofertados à população, convidando todos os vereadores a prestigiarem o grande evento. O parlamentar elencou os serviços que seriam oferecidos pelas secretarias municipais, estaduais e iniciativa privada, informando que poderiam ser consultados no site da Casa, salientando, ainda, a realização no dia primeiro de junho (quinta-feira) da Tribuna Popular, para receber as demandas da população da zona Sul de Manaus, afirmando que seria um grande sucesso, pois o objetivo do projeto era aproximar o parlamento municipal, juntamente com os parceiros, das pessoas com dificuldades de acesso a serviços básicos. Foi aparteado pelos vereadores Elan Alencar, Raulzinho, Mitoso, Roberto Sabino, Lissandro Breval, Capitão Carpê e Rodrigo Guedes. Retomando a palavra, acolheu os apartes, agradeceu a benevolência da Mesa e encerrou o seu discurso. O Presidente parabenizou o vereador Caio André. O vereador Caio André reassumiu a presidência da Mesa. O oitavo orador, vereador Sassá da Construção Civil, falou sobre o embargo feito pela Justiça da obra da construção da sede da Associação dos Autistas do Amazonas, no terreno doado pela Prefeitura de Manaus, localizado na Colônia Japonesa. Foi aparteado pelos vereadores Dione Carvalho e Elan Alencar. Retomando a palavra, acolheu o aparte e, concluindo, reforçou a importância da construção da sede e se comprometeu a visitar o local, com o intuito de ajudar a associação, para que o impasse fosse resolvido. O nono orador, vereador Roberto Sabino, abordou o encontro dos Presidentes do Brasil e da Venezuela, repudiando a recepção ao chefe de Estado que comandava um regime autocrático e sem garantias de liberdades fundamentais. O orador frisou que milhares de brasileiros temiam a proximidade dos países, principalmente em razão da destruição da economia venezuelana, pedindo aos representantes políticos amazonenses que se pronunciassem, na capital federal, contra a união dos países e, por fim, repudiou a atitude do Presidente Lula. O décimo orador, vereador Mitoso, manifestou-se sobre o evento de encerramento da campanha Maio Laranja, de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, realizado pela Semasc, na entrada principal da Casa, com o apoio dos parlamentares da legislatura vigente, enaltecendo a gestão do secretário Eduardo Lucas e, em especial, as ações desenvolvidas concernentes à temática. Continuando, deu ênfase à Lei n. 2.941/2022, de sua autoria, que instituiu nas escolas da rede municipal de ensino de Manaus a Semana de Promoção da Autodefesa de Crianças contra a Vitimização Sexual, com ações a serem realizadas, anualmente, na primeira semana do mês de maio, destacando as ações da supracitada secretaria e da Secretaria Municipal de Educação - Semed, bem como, do Governo do Estado, para o cumprimento da citada lei, que comprovavam a consolidação das proposituras do parlamento municipal de Manaus. Foi aparteado pelo vereador Marcel Alexandre. Retomando a palavra, acolheu o aparte e, encerrando, agradeceu ao titular da Semasc e enalteceu a relevância da parceria da Casa com o Executivo Municipal. Em Questão de Ordem, o vereador Marcel









Alexandre convocou os membros da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento para a audiência pública, que se realizaria às treze horas do dia corrente, na sala de Comissões, visando à apreciação do relatório fiscal dos gastos da Prefeitura de Manaus, nos quatro primeiros meses do ano em curso. Dando prosseguimento, o Presidente explicou que, em virtude da realização da Câmara Cidadã, no dia seguinte, a apreciação da Pauta seria antecipada e passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA. Na PAUTA, foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 286/2023, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 24/2023, que "Institui a Lei de Gestão de Bens Imóveis Públicos Municipais". O supracitado projeto foi aprovado, em discussão única, e seguiu à sanção do Prefeito. Foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças, Economia e Orçamento; e de Serviço e Obras Públicas ao Projeto de Lei n. 320/2023, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. **33/2023**, que "**Altera** a Lei n. 2.928, de 07 de julho de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores públicos efetivos da Área Não Específica do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em discussão única, e seguiu à sanção do Prefeito. Foram aprovados os Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 288/2023, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 27/2023, que "Altera a Lei n. 2.285 de 28 de dezembro de 2017, e dá outras providências". O supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 289/2023, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 28/2023, que "Institui a Política de Desjudicialização no âmbito da Administração Pública Municipal, e dá outras providências". Foi aprovado, com o voto contrário do vereador William Alemão, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 291/2023, de autoria do Executivo Municipal, capeado pela Mensagem n. 30/2023, que "Cria o cargo de Secretário de Articulação Institucional, e dá outras providências". O Presidente reforçou o convite aos vereadores para participarem da abertura da Câmara Cidadã, no dia seguinte, às nove horas, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia. Em Questão de Ordem, o vereador William Alemão questionou o presidente da Comissão de Cultura e Patrimônio Histórico da Casa, vereador Alonso Oliveira, sobre um parecer que continha a sua assinatura, como se tivesse sido favorável ao projeto de mudança de nome da avenida Autaz Mirim para Governador Amazonino Mendes, que havia sido retirado de tramitação, ratificando seu posicionamento contrário. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão às onze horas e quarenta minutos. E, para que conste, eu, (Jacqueline Pinheiro de Lima), lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.







Caio André Pinheiro de Oliveira Presidente

Yomara Jesuína Lins Rodrigues
Primeira Vice-Presidente

João Carlos dos Santos Mello Secretário-Geral

Éverton Assis dos Santos Segundo Vice-Presidente Carmem Glória Almeida Carratte Primeira Secretária

Lissandro Breval Santiago Terceiro Vice-Presidente Jaildo de Oliveira Silva Segundo Secretário

Rosivaldo Oliveira Cordovil Corregedor Geral Ivo Santos da Silva Neto Terceiro Secretário

Francisco Carpegiane Veras de Andrade Ouvidor-Geral

Ana Maria Rocha Veiga Chefe do Serviço de Atas









PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

YOMARA JESUINA LINS RODRIGUES - 320.732.672-20 EM 14/06/2023 08:19:10 CARMEM GLORIA ALMEIDA CARRATTE - 115.263.602-25 EM 12/06/2023 13:01:04 ROSIVALDO OLIVEIRA CORDOVIL - 335.368.562-68 EM 07/06/2023 10:16:43 IVO SANTOS DA SILVA NETO - 516.531.682-34 EM 07/06/2023 10:09:39 JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - 074.890.987-77 EM 06/06/2023 13:38:00 LISSANDRO BREVAL SANTIAGO - 510.050.422-68 EM 06/06/2023 11:47:11 FRANCISCO CARPEGIANE VERAS DE ANDRADE - 715.424.852-15 EM 06/06/2023 13:30 JACQUELINE PINHEIRO DE LIMA - 201.310.202-00 EM 06/06/2023 10:51:10 CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - 641.056.792-87 EM 06/06/2023 10:26:17 EVERTON ASSIS DOS SANTOS - 445.757.002-82 EM 06/06/2023 10:14:55 ANA MARIA DOS SANTOS ROCHA - 634.586.752-72 EM 06/06/2023 10:26:09